

**Guerra aos padres: o jornal anticlerical *A Lanterna* em São Paulo na Primeira República**

Fernando Antonio Peres  
Mestre em Educação – FEUSP

Esta comunicação se propõe a apresentar algumas reflexões sobre o jornal anticlerical *A Lanterna*, que utilizei como fonte privilegiada de investigação em estudo monográfico<sup>1</sup> (no campo da história da educação) sobre a presença anarquista em São Paulo na Primeira República.

As fontes primárias disponíveis para pesquisas sobre os anarquistas no Brasil são relativamente escassas, pois a repressão policial na Primeira República não mediu esforços para destruir os arquivos pertencentes aos círculos libertários<sup>2</sup>. Da mesma forma, o aparecimento de outros interlocutores no movimento social e operário – comunistas, católicos, sindicalistas de orientação reformista e oficial – resultou na pequena produção de documentos e no confinamento, por algum tempo, das trajetórias dos sujeitos sociais libertários que atuaram nas duas primeiras décadas do século XX aos “sótãos e porões” da história. Cumpre lembrar que nos estudos sobre a presença dos anarquistas no Brasil, as fontes mais promissoras são as de natureza jornalística. Ferreira cita 343 títulos de jornais operários ou sindicais publicados no Brasil entre 1875 e 1920<sup>3</sup>, amplamente utilizados nas pesquisas sobre o tema<sup>4</sup>.

*A Lanterna*<sup>5</sup> apresentou três fases de publicação: de 1901 a 1904; de 1909 a 1916; e de 1933 a 1935. O periódico foi criado em 1901 – segundo Benjamim Mota, graças aos seus esforços pessoais e aos de um grupo de maçons – como órgão da Liga Anticlerical. Na primeira fase, *A Lanterna* apresentou uma tiragem entre 6 e 26 mil exemplares; foi publicada de março a junho de 1901 (com um número isolado em novembro de 1901 e outro em dezembro de 1902) e de junho de 1903 a fevereiro de 1904, ora como semanário, ora como quinzenário, e mesmo como folha diária, entre dezembro de 1903 e janeiro de 1904. Editada na capital paulista, era distribuída em várias cidades do interior, no Rio de Janeiro e em diversos estados da federação.

A segunda fase do jornal, sob a direção de Edgard Leuenroth, iniciou-se em 17 de outubro de 1909 e estendeu-se por sete anos, até 19 de novembro de 1916, com a publicação de 293 edições. Até outubro de 1914, sustentou uma vigorosa regularidade de publicação semanal. Entre novembro de 1914 e maio de 1915, saiu a cada quinzena; daí até novembro de 1916, apareceu praticamente um número por mês, exceto em junho, outubro, novembro e dezembro de 1915 e junho e agosto de 1916.

A terceira fase, também sob a direção de Edgard Leuenroth, iniciou-se em 13 de julho de 1933 e estendeu-se até novembro de 1935, com a publicação de 48 números. Esta última fase de publicação do periódico não será objeto desta comunicação, em função de seu enfoque nas duas décadas iniciais do século XX.

Preliminarmente, farei uma exposição das principais características do jornal anticlerical em suas duas primeiras fases de publicação<sup>6</sup>. Em seguida, apresentarei os principais temas presentes no jornal anticlerical e que podem servir para subsidiar novos estudos monográficos.

Na primeira fase, *A Lanterna* efetuava uma contundente afirmação das pautas anticlericais e defendia as idéias de progresso, civilização, valorização do trabalho produtivo e da liberdade. Tratava-se de um compromisso com as causas da modernidade e do progresso, tanto espiritual (do indivíduo), quanto material e moral (da sociedade). Preconizava-se a instrução laica e integral, baseada no racionalismo, na experimentação, na co-educação e nas ciências, assim como princípios morais **cívicos**, quase **evangélicos**, sustentados na fraternidade humana, no altruísmo, na tolerância, na solidariedade, no apoio e respeito mútuos. O jornal buscava a difusão de ideais de regeneração e elevação moral dos indivíduos e da sociedade como um todo, através da igualdade e da justiça, do trabalho e do bem-estar compartilhados, do desprezo das riquezas e da democratização do saber. Defendia-se o socialismo revolucionário e a valorização das “leis naturais”, com a rejeição das disputas político-eleitorais, do Estado enquanto instituição, da propriedade privada e de todo e qualquer tipo de autoridade. Propunha-se o livre debate na sociedade livre. Desta forma, atuando *A Lanterna* na **brecha** dos embates da época, as pautas anticlericais foram

suficientes para aproximar e aglutinar diferentes **atores sociais**, na medida em que tais idéias constavam nas tábuas de valores dos grupos presentes em São Paulo na Primeira República, como os maçons, os protestantes, os espíritas, os “esotéricos” ou espiritualistas, os estudantes, os republicanos (radicais ou descontentes) e os socialistas.

Na segunda fase de publicação, *A Lanterna* conservou a maior parte do ideário da primeira fase, ao mesmo tempo em que destacava a **questão social** e acrescentava elementos **anti-religiosos** em sua agenda anticlerical. Este posicionamento provocou o afastamento dos aliados da primeira fase que não abriam mão da visão religiosa: parte dos maçons, os espíritas e os protestantes. Se a aliança com a outra parte dos maçons foi preservada, o grupo editor reforçava a aproximação tanto com os agrupamentos libertários quanto com os trabalhadores e suas associações de classe. Neste movimento, os anarquistas e seus aliados atuavam, para além do jornal anticlerical, através de iniciativas e ações culturais, em grupos de afinidade e centros de convivialidade tipicamente modernos: centros de estudos sociais, teatros, círculos de leitura, escolas e universidades populares. Nestes “lugares de encontro” (ou melhor, **lugares de aproximação**), a relação entre os atores sociais articulava-se cada vez mais em torno das já citadas questões sociais. Simultaneamente, Estado e Igreja puseram-se a campo para disputar corações e mentes no conjunto da sociedade, em particular entre os trabalhadores.

Tanto na primeira quanto na segunda fase de publicação, *A Lanterna* travou uma verdadeira **guerra aos padres**, identificando seus principais adversários na Igreja católica de orientação ultramontana. Os jesuítas e outras ordens religiosas, assim como seus colégios e jornais, eram vistos como as principais ameaças ao progresso do país e recebiam duras críticas do jornal anticlerical. O caso Idalina, examinado em estudo recente<sup>7</sup>, foi a campanha anticlerical de maior vulto empreendida pelo jornal.

*A Lanterna* conservou a agenda anticlerical como a “espinha dorsal” da publicação até o final da segunda fase. Mas, aos poucos, o periódico passou a enfatizar a defesa das causas sociais em detrimento do combate ao clero, assumindo a **propaganda emancipadora** como o núcleo de seu ideário. Nos artigos, afirmava-se o triunfo da ciência e

do método experimental para a aquisição do conhecimento libertador e para o progresso da saúde pública, através de medidas de profilaxia e de higiene. O socialismo, os ideais republicanos e o princípio da solidariedade humana eram exaltados, em oposição ao militarismo, ao patriotismo, à repressão e à opressão. Defendia-se um mundo emancipado, instruído e cientista; uma humanidade dotada de idéias avançadas, progressistas e modernas. E, para completar a obra de regeneração da sociedade, a **revolução social** como objetivo principal da existência humana.

Em termos educacionais, *A Lanterna*, em sua primeira fase de publicação, assumiu a defesa da educação gratuita e laica, da co-educação dos sexos e da instrução popular e científica, além de divulgar algumas escolas que defendiam a educação laica e métodos de ensino modernos. O jornal também buscou estimular o surgimento de escolas leigas em São Paulo, a partir de exemplos de iniciativas em outros estados brasileiros e em países estrangeiros.

Já na segunda fase, a criação de escolas nos moldes da proposta de **ensino racionalista** do educador espanhol Francisco Ferrer tornou-se um dos objetivos principais do grupo editor do jornal anticlerical. Convém lembrar que outros grupos libertários e os grêmios operários também se esforçaram para criar escolas no Brasil desde os primórdios da república. Alguns grupos com os quais *A Lanterna* dialogava – como os maçons, os espíritas e os protestantes – também se empenharam em fundar ou estimular o surgimento de iniciativas escolares desde a década de 1870<sup>8</sup>. O jornal anticlerical divulgou os planos de uma rede de iniciativas escolares, composta de uma casa editora para produção de material didático (livros, revistas, folhetos e opúsculos); um núcleo modelo na capital paulista para direção das iniciativas e formação de professores; um internato misto para crianças até nove anos; institutos dedicados ao ensino superior (através de conferências populares de divulgação científica); e uma considerável quantidade de unidades escolares, na capital e no interior de São Paulo, para educação e instrução de crianças e adultos, em cursos diurnos e noturnos. Objetivamente, em função da escassez de recursos, apenas uma parte deste plano concretizou-se, após anos de esforços. Mesmo assim, conseguiu-se criar três

unidades escolares (as Escolas Modernas N.º 1 e N.º 2, no Belenzinho e no Brás, e outra em São Caetano) e editar duas revistas (*O Início* e *Boletim da Escola Moderna*), além de prestar apoio e solidariedade às iniciativas em outras cidades ou àquelas instaladas na capital paulista e patrocinadas por outros grupos.

As iniciativas escolares do grupo libertário articulado em torno do jornal *A Lanterna* cumpriam objetivos educacionais e difundiam o ideário anarquista em São Paulo. Além da instrução racional e científica, baseada no método experimental, estas escolas promoviam a educação moral das crianças e dos adultos numa perspectiva solidária e libertária, empenhada na regeneração da humanidade através da revolução social. Desta forma, apesar de não termos documentação suficiente que nos informe sobre o que ocorria no interior das salas de aula, as festas das Escolas Modernas de São Paulo – amplamente divulgadas no jornal anticlerical – são reveladoras dos conteúdos provavelmente trabalhados no cotidiano daquelas instituições. Os hinos, as poesias e os temas das conferências versavam sobre a doutrina anarquista.

Ao longo da década de 1910, *A Lanterna*, jornal anticlerical e de combate, metamorfoseou-se numa folha em que o **combate** dava o tom, no momento em que a agenda anticlerical mostrou-se insuficiente para a continuidade da defesa do ideário libertário, cada vez mais afirmado pelo grupo editor. A experiência da capacidade repressiva do Estado brasileiro vivenciada no cotidiano pelos militantes anarquistas e o intenso debate de idéias processado no interior das associações criadas neste período certamente contribuíram para a mudança da linha editorial do jornal. Mas foi a eclosão da “Grande Guerra” no verão de 1914 que aprofundou os distanciamentos entre os antigos aliados e acelerou o esgotamento das pautas anticlericais.

Portanto, na medida em que as posições anticlericais deixaram de ser os principais elementos de aglutinação, alguns atores sociais passaram a identificar-se apenas com os posicionamentos anarquistas, caminhando para a constituição de grupos imbuídos de tais doutrinas. Tornava-se insuficiente permanecer apenas na **brecha** proporcionada pela luta anticlerical. Em 1917, o jornal anticlerical *A Lanterna* transformou-se no jornal *A Plebe*,

porta-voz das posições libertárias. E os anarquistas rumaram então para as **trincheiras** da luta pela emancipação econômica, social e moral de cada indivíduo e da humanidade em geral, combatendo o Estado, a propriedade privada e os males sociais.

Apresentada esta síntese da trajetória do jornal *A Lanterna*, pode-se fazer uma reflexão da importância deste periódico para a compreensão da história da Primeira República em São Paulo, destacando-se alguns temas ou questões.

Uma primeira questão que se coloca refere-se ao amplo espaço destinado pelo jornal anticlerical à **educação anarquista**, fato já percebido por Hardman<sup>9</sup>. A educação libertária foi uma das iniciativas educacionais não oficiais mais importantes, dentre as diversas que se desenvolveram em São Paulo nas décadas iniciais do século XX<sup>10</sup>, pois se afirmava como uma proposta de educação diferenciada, alternativa, em conflito com as proposições oficiais e com as iniciativas da Igreja católica. As escolas anarquistas foram **espaços** de disputa dos corações e das mentes dos atores sociais que circulavam pelos bairros em que estavam instaladas ou se faziam presentes nas páginas dos jornais que as defendiam ou atacavam. Estudá-las significa apresentar um contraponto para se compreender o tema da **escolarização da sociedade**, questão encarada como de extrema importância tanto para as oligarquias brasileiras quanto pelos trabalhadores. Trata-se de trazer à luz a oposição entre projetos antagônicos no campo educacional escolar. O projeto libertário, representado pelas Escolas Modernas, contrapunha-se tanto ao projeto governamental, baseado na expansão da rede pública de escolas nos bairros operários, quanto às iniciativas da Igreja católica, que na época apresentaram um grande florescimento, com a criação de ginásios diocesanos, escolas confessionais e colégios secundários a cargo das congregações religiosas, voltados para a educação das elites<sup>11</sup>. Ao apresentar os embates dos anarquistas contra o Estado e contra os católicos, *A Lanterna* permite um importante contraponto entre as iniciativas escolares destes grupos, desvelando as concepções educacionais dos atores sociais em ação na *Belle Époque* paulista e uma melhor compreensão deste período da história de São Paulo.

Outra questão relaciona-se com a metamorfose sofrida pela folha anticlerical ao longo de sua segunda fase de publicação. As pautas anticlericais, o debate com diferentes grupos que constituíam a sociedade paulista na época e a centralidade da ciência constituíam a espinha dorsal do jornal anticlerical tanto na primeira quanto na segunda fase de publicação. Assim, apesar da presença crescente das temáticas sociais em suas páginas, não se pode considerar *A Lanterna* como um jornal anarquista. A folha anticlerical mantinha um diálogo com grupos e pessoas que estavam sob influência do ideário libertário, alimentando-o com a bandeira comum de combate ao clero. O jornal anticlerical propunha-se a discutir diversas questões com o conjunto da sociedade, particularmente com os setores mais radicais e “progressistas”. Neste sentido, as **estratégias de aproximação**<sup>12</sup> foram importantes ao determinar pautas comuns entre grupos aparentemente muito díspares: socialistas, espíritas, maçons, republicanos radicais ou descontentes, anarquistas, estudantes, positivistas e protestantes. A uni-los, a crença nos valores da modernidade e nas causas do progresso e da civilização. O conhecimento científico apresentava-se a todos os grupos como principal fator de desenvolvimento da sociedade: a razão humana, liberada de todo obscurantismo e associada ao desenvolvimento da inteligência através da educação renovada (isto é, de base científica), proporcionaria a elevação social do indivíduo e, através do despertar das consciências, as tão esperadas transformações sociais. Partindo da adoção de uma agenda anticlerical, o grupo editor do jornal recebeu influências das idéias libertárias – através de leituras, de contatos pessoais ou mesmo da participação no enfrentamento da questão social –, incorporando-as até assumir a condição de órgão de difusão das posições dos grupos anarquistas em São Paulo. A fundação da Aliança Anarquista em São Paulo (outubro de 1916), fato amplamente divulgado nas páginas do jornal anticlerical, corrobora esta mudança de orientação.

A terceira questão refere-se às relações e às aproximações dos libertários entre si e com os demais grupos da sociedade, que ainda aparecem como **surpreendentes** aos investigadores do fenômeno anarquista. Pois *A Lanterna* permite acompanharmos a complexa trama de relações que, a partir de uma pauta anticlerical, colocou lado a lado

atores sociais aparentemente muito diferentes: maçons, liberais, protestantes, espíritas, “esotéricos”, socialistas, operários, sindicalistas e anarquistas. Neste sentido, considero importante a utilização do conceito de **sociedade de idéias**<sup>13</sup> para, através de um **outro olhar**, alargar a compreensão tanto da presença anarquista quanto da complexa trama de relações sociais que marcaram São Paulo na Primeira República.

---

<sup>1</sup> PERES, Fernando Antonio. *Estratégias de aproximação: um outro olhar sobre a educação anarquista em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: FEUSP, 2004. Dissertação de Mestrado, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lucia Spedo Hilsdorf.

<sup>2</sup> Nesta comunicação, como na maioria dos estudos sobre o tema, considerarei o termo “libertário” como sinônimo de “anarquista”.

<sup>3</sup> FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>4</sup> A título de exemplo, podemos citar dois estudos recentes que se valem, respectivamente, dos jornais *O Amigo do Povo* e *A Voz do Trabalhador*. TOLEDO, Edilene. *O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1993 (Dissertação de Mestrado). GIGLIO, Célia. *A Voz do Trabalhador: sementes para uma nova sociedade*. São Paulo: FEUSP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

<sup>5</sup> A *Lanterna* pode ser encontrada no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP. No CEDEM há alguns exemplares dos anos de 1911 a 1916 e praticamente todos os números da terceira fase (1933-1935). No AEL encontra-se a coleção completa de *A Lanterna*.

<sup>6</sup> Para uma análise detalhada do jornal *A Lanterna* em suas duas primeiras fases de publicação, ver Peres, *Op. cit.*, p. 53 ss.

<sup>7</sup> SOUZA, Wlaumir D. de. *Anarquismo, Estado e pastoral do imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo: Ed.<sup>a</sup> da UNESP, 2000.

<sup>8</sup> Para as iniciativas protestantes, consultar HILSDORF BARBANTI, Maria Lucia. *Escolas americanas de confissão protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo: FEUSP, 1977 (Dissertação de Mestrado). Para a atuação da maçonaria, ver BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes nas sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)*. Campinas, SP: Ed.<sup>a</sup> da UNICAMP, 1999. Para uma introdução ao estudo da pedagogia e das escolas espíritas, consultar COLOMBO, Dora Alice. *Pedagogia espírita: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. São Paulo: FEUSP, 2001 (Tese de Doutorado).

<sup>9</sup> HARDMAN, Francisco F. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

<sup>10</sup> Dentre outras, podemos citar as iniciativas educacionais escolares dos socialistas, as das colônias de imigrantes europeus, as das populações negras (ver HILSDORF, Maria Lucia S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003) e as da maçonaria (Ver BARATA, *Op. cit.*).

<sup>11</sup> Ver HILSDORF, *Op. cit.*, para as iniciativas oficiais; para a ação da Igreja, consultar OLIVEIRA, José Eduardo M. V. de. *O anticlericalismo na República Velha: a ação dos anarquistas*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Dissertação de Mestrado).

<sup>12</sup> Acredito ter havido nas ações dos grupos anarquistas verdadeiras estratégias de aproximação, que transformaram o ideário libertário num mecanismo de aproximação entre diferentes atores sociais, atados através de alguns “fios”, como o espírito científico, os grupos de afinidades e as iniciativas concretas: comícios, campanhas, obras literárias, associações, escolas e jornais. Criei o conceito de *estratégia de aproximação* para dialogar com o conceito de estratégia do desterro, utilizado por Hardman para explicar a atividade anarquista no Brasil. Para este autor, o *desterro* era entendido tanto como “segregação sócio-cultural e política da força de trabalho, seu confinamento geográfico nos bairros operários” quanto como “defesa da ‘cultura operária’ intransigente”, numa espécie de vocação para “o isolamento social e o autodesterro na ‘cultura operária’” (HARDMAN, *Op. cit.*, p. 43, 59 e 68).

<sup>13</sup> Conceito utilizado com maestria por Jean-Pierre Bastian para investigar a campanha de sociedades missionárias norte-americanas para introduzir e difundir o protestantismo no México entre 1872 e 1911. Ver BASTIAN, Jean-Pierre. *Los disidentes: sociedades protestantes y revolución em México, 1872-1911*. México: Fondo de Cultura Económica / El Colégio de México, 1989. Para a utilização do conceito de sociedade de idéias no caso dos anarquistas de São Paulo, ver PERES, *Op. cit.*, p. 131 ss.